

A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e a Reforma Universitária: o sonho de 1968

The School of Medicine of Ribeirão Preto and the university reform: the dream of 1968

Antonio W. Zuardi

RESUMO:

O objetivo dessa revisão é descrever a participação de docentes e discentes da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) nas discussões sobre a reforma da Universidade de São Paulo (USP), que ocorreram no ano de 1968. Essas discussões ocorreram em comissões compostas por igual número de docentes e discentes (comissões paritárias) e resultaram numa proposta de reforma aprovada por uma assembléia da FMRP, especialmente criada com essa finalidade. O artigo discute, também, o contexto e a influência dessas discussões na reforma aprovada pelo Conselho Universitário da USP, no início de 1969 e que ficou conhecido como Estatuto Hélio Lourenço.

Palavras-chave: História. Tendências. Legislação & Jurisprudência. Organização e Administração.

Contexto

A pressão pela reforma universitária, na década de 60, originou-se de duas fontes antagônicas. De um lado, o governo militar instalado em 1964, reconhecendo a incapacidade da Universidade de responder às demandas da economia, por recursos humanos qualificados, procura implantar mudanças na estrutura universitária. Nesse sentido, segue às orientações emanadas de uma série de acordos entre o Ministério da Educação e a norte americana, Agency for International Development, que ficaram conhecidos como acordos MEC-USAID. Estes acordos, desenvolvidos sigilosamente, propunham uma universidade pragmática, voltada para a formação técnica, não reflexiva e

que atendesse às necessidades do mercado.¹ Por outro lado, em 1966 começa a se reorganizar o movimento estudantil, realizando grandes passeatas, severamente reprimidas. Os estudantes e setores progressistas da Universidade se contrapõem ao modelo de reforma, que vinha sendo articulado pelo governo militar, defendendo uma reforma que propiciasse uma Universidade crítica e transformadora da sociedade. Nesse contexto, e impulsionada pelos movimentos dos "excedentes" (aprovados nos vestibulares, mas não admitidos por falta de vagas), começa a ser discutida a reforma Universitária.²

Pressionado por essas circunstâncias, o Reitor da Universidade de São Paulo, Luis Antônio da Gama e Silva, em outubro de 1966, cria uma Comissão Es-

Professor Titular de Psiquiatria do Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.
Vice - presidente do Centro Acadêmico Rocha Lima em 1968.

Correspondência:
Antonio W. Zuardi
Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento
da FMRP-USP
Av. Bandeirantes, 3900
14049-900 - Ribeirão Preto, SP / Brasil
awzuardi@fmrp.usp.br

Artigo recebido em 08/04/2009
Aprovado em 09/05/2009

pecial, ligada ao Gabinete do Reitor, com o objetivo de "propor medidas legais, estatutárias e regulamentares, necessárias à reformulação da estrutura da Universidade de São Paulo". Essa comissão foi presidida pelo professor Mario Guimarães Ferri, diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.³

Em 1967, Gama e Silva assume o Ministério da Justiça do Governo Costa e Silva, acumulando o cargo de reitor. A USP passa a ser dirigida por Vice-Reitores, em exercício da Reitoria. O primeiro deles é o próprio Mario Guimarães Ferri, que intensifica os trabalhos dessa Comissão Especial, pressionado pelo governador Abreu Sodré, que deseja uma solução rápida para os conflitos estudantis. Durante este ano, a Comissão faz algumas consultas às Congregações das Faculdades da USP.⁴

No início de 1968, o movimento estudantil se intensifica. Em março, a polícia invade o restaurante Calabouço, no Rio, provocando a morte do estudante Edson Luiz Lima Souto e seu enterro reúne 50.000 pessoas. Nas comemorações do 1º de maio, o governador Abreu Sodré é apedrejado e os estudantes tomam o palanque da cerimônia oficial. Neste mês, os estudantes franceses realizam grandes movimentos de rua, que se alastram por diversos países. Em junho, realiza-se uma grande manifestação no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como passeata dos 100.000. Em São Paulo, os estudantes invadem a reitoria da USP e alguns dias depois, ocupam a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras na rua Maria Antonia.⁵ No final de junho, a Comissão Especial encaminha ao Conselho Universitário da USP (Co) suas conclusões.⁶

Paritárias na FMRP

No final de junho de 1968 a Congregação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) aprova, por unanimidade, a constituição de grupos de trabalho, constituídos de professores e alunos (sete professores/três alunos) para estruturar proposta de reforma da USP.⁷ No início de agosto, com a volta às aulas, trava-se grande discussão dentro da Diretoria executiva do Centro Acadêmico Rocha Lima (CARL) sobre se as discussões deveriam iniciar-se pelo ensino na FMRP ou pela estrutura da Universidade. Esta polêmica só se resolveu com um plebiscito entre todos os estudantes, vencendo a segunda proposta. Na Congregação de 9 de agosto, foi aprovada solicitação do CARL de tornar os grupos paritários.⁷ Foram for-

mados, então, cinco grupos com oito docentes e oito alunos cada grupo (Tabela 1). As aulas foram suspensas por duas semanas, com grande mobilização de professores e alunos e os grupos paritários reuniram-se de forma intensiva durante todo o mês de agosto. Cada grupo produziu um relatório extenso, que forneceu subsídios para um relatório final, aprovado por uma Assembléia Universitária, em 30 de agosto.⁴

As principais sugestões de reforma da Universidade, contidas no relatório final, são sumarizadas abaixo:

Autonomia Universitária

A Universidade deveria ter autonomia administrativa, financeira e didática. A autonomia administrativa implicaria em que todos os seus dirigentes, incluindo o Reitor, fossem escolhidos exclusivamente pela Universidade, desaparecendo, portanto, a escolha do reitor pelo governador, a partir da lista tríplice elaborada pelo Conselho Universitário, como ocorre até hoje. Para manter a integração da Universidade com o governo e a sociedade, seria criado um Conselho consultivo permanente, com representantes da comunidade.

A autonomia financeira implicaria uma dotação orçamentária mínima, fixada como alíquota do orçamento. Essa sugestão veio a se concretizar mais de 20 anos depois, em 1989.

A autonomia didática traduz-se pela total independência na formulação de seus programas de ensino, respeitados os currículos mínimos exigidos pela legislação federal.

Conceituação

Como uma forma de garantir a autonomia da Universidade, a USP deveria, progressivamente, fundir-se à Unicamp e incorporar os Institutos isolados, existentes na época, transformando-se no único órgão oficial de ensino superior do Estado de São Paulo, com diversos Campi.

Em Ribeirão Preto, deveria ocorrer a incorporação imediata dos Institutos isolados, existentes na cidade (Filosofia, Farmácia e Odontologia) que, integrados às Faculdades de Medicina e Enfermagem, constituiriam o Campus de Ribeirão Preto.

Estrutura

A universidade seria estruturada em Departamentos, que se agrupariam em Institutos e, estes, em diferentes Campi.

Tabela 1
 Composição das comissões paritárias de 1968 na FMRP*.

Grupo	Docentes	Discentes
I	Ademar Mario Fiorillo	Álvaro Antonio Baracat
	André Riciardi Cruz	Antonio de Azevedo Barros Filho
	Astolpho Ferraz de Siqueira	Ayrton Custódio Moreira
	Carlos Solé Vernin	Jamil Murad
	Eduardo Moacyr Krieger	José Eduardo Roselino
	Luiz Gonzaga Olivério	Milton Cezar Foss
	Reinaldo de Brito Costa	Paulo Tavares Simas
	Sergio Henrique Ferreira	Silvio Carlos de M. Santos
II	Carlos Laure	Hélio César Salgado
	Clotilde Ferreira	Ivan de Lucena Ângulo
	Glete de Alcântara	Julio César Voltarelli
	Gyorgi Bohm	Marco Antonio Zago
	Hélio Lourenço de Oliveira	Mariliza Berti
	Itamar Vaughman	Mario Célio da A. Marzochi
	Pier Luigi Castelfranchi	Raul Hidetechi Micahi
	Warwick Kerr	Renato Sabattini
III	João Garcia Leme	Antonio Waldo Zuardi
	José da Rocha Carvalheiro	Eduardo Brandt de Oliveira
	Luiz Hildebrando Ferreira da Silva	José Antonio Braz Galvão
	Nagib Haddad	José Chaves
	Oswaldo Cruz Franco	Luiz Ernesto Troncon
	Renato Hélio Migliorini	Paulo Roberto Barbosa Évora
	Rubens Moura Ribeiro	Sérgio Zucoloto
	Wilson Roberto Navega Lodi	Wagner José Meirelles
IV	Cássio Bottura	Brasil Sallin Mellis
	Flávio D'Andrea	Carlos Russo Jr.
	José Armbrust Figueiredo	Claudio R.C.Rodrigues
	José Romeiro Teruel	José Antonio Marin Neto
	Luiz Carlos Raya	Luiz Fernando Ribeiro
	Paulo Gomes Romeo	Ricardo Brandt de Oliveira
	Rômulo Ribeiro da Costa	Rubens Feferbaun
	Silvio de Vergueiro Forjaz	Valdir Pratti
V	Almiro Pinto de Azeredo	Agenor Spallini Ferraz
	Edson Siveira	Antonio Yacubian
	Euclides C. Lima Filho	Fernando Zulian
	Gottfried Koberle	Gilberto Lima Junqueira
	Harley E.A. Bicas	José Carlos Beviglieri
	Henrique Krieger	Nelson Narkevics
	Paulo M.G. Pagnano	Orlando Batich
	Plinio Aidar Paiva	Raul F.P. de Toledo

* Processo FMRP 67.1.32.17.2.

Administração

Os Departamentos deveriam ser administrados por um Conselho, formado por representantes de categorias, estudantes e técnicos. Os Institutos teriam um Conselho, constituído pelos diretores e representantes dos departamentos, representantes de categorias docentes, estudantes e técnicos. Os Campi seriam geridos por um Conselho, constituído pelos diretores dos Institutos, representantes dos Conselhos dos Institutos, representantes de categorias docentes, estudantes, técnicos e o presidente da Assembléia do Campus. Em todos os Conselhos, a representação estudantil deveria ser formada por 1/3 dos membros.

Todos os Campi teriam uma Assembléia do Campus, formada por todos os membros dos Conselhos dos Departamentos e estudantes, que completariam a representação paritária. Esta Assembléia deveria reunir-se no início e final de cada ano, com o objetivo de elaborar as Políticas do Campus.

A Universidade seria gerida por um Conselho Pleno, constituído por: Diretores e representantes dos Conselhos dos Campi, presidentes das Assembléias dos Campi e da Universidade, representantes de categorias docentes e estudantes (1/3 dos membros).

À semelhança dos Campi, a Universidade também teria uma Assembléia Universitária, com número igual de delegados de cada Campus e representação paritária de estudantes. Essa Assembléia seria responsável pela elaboração anual de um Relatório de Conjuntura.

O Reitor e Vice deveriam ser eleitos pelo Conselho Pleno, entre os candidatos indicados pelos Conselhos dos Institutos.

Carreira docente

A Cátedra seria imediatamente extinta e a carreira docente, constituída de cinco níveis: Instrutor, Professor Assistente, Professor Assistente-doutor, Professor Associado e Professor Pleno.

Evolução da reforma na Universidade

No segundo semestre de 1968, organiza-se uma Comissão Paritária Geral da USP, com um docente e um discente de cada Unidade, que se reúne semanalmente, durante todo semestre, na Cidade Universitária de São Paulo. Simultaneamente o Co começa a

discutir o relatório Ferri, sob intensa repercussão do que se discutia nas comissões paritárias das diversas Unidades.⁸

Em outubro de 1968, o Reitor Ferri renuncia e o governador escolhe o nome mais votado da lista tríplice aprovada pelo Co, o do professor Hélio Lourenço de Oliveira.

O professor Hélio, catedrático de clínica médica da FMRP, participara ativamente das comissões paritárias de nossa faculdade e, na reitoria, intensificou as discussões sobre a reforma, sendo sensível à colaboração dos grupos empenhados na democratização da Universidade, que se fortaleceram com as paritárias.²

A situação política, porém, se agrava e em 13 de dezembro, é editado o Ato Institucional número 5 (AI-5), que fecha o Congresso Nacional, autoriza intervenções em estados e municípios e a cassar mandatos eletivos, determina censura prévia e suspende a garantia do habeas corpus, entre outras arbitrariedades.⁹

Apesar da condição política nacional adversa, as discussões sobre a reforma da USP progredem e, no final de abril de 1969, o Co aprova o novo estatuto, que ficou conhecido como Estatuto Hélio Lourenço. Este Estatuto incorpora algumas normas fixadas pela legislação federal, determinadas pela lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, as quais, em boa parte, eram coincidentes com as principais diretrizes do Relatório Ferri, como extinção da cátedra, estrutura departamental e criação de institutos básicos. Avança em vários pontos, tais como: define as condições para o estabelecimento dos campi e indica a criação de cinco campi (São Paulo, Piracicaba; Ribeirão Preto; São Carlos e Bauru), cada um com uma Câmara Curricular responsável pela coordenação dos currículos; estabelece cinco níveis para a carreira docente: Assistente, Professor Assistente, Professor Assistente Doutor, Professor Associado e Professor Titular; amplia a participação das categorias docentes nos colegiados, assim como a dos estudantes, que passa a ser 1/5 dos membros dos colegiados (teto estabelecido pela lei 5.540); torna elegíveis para diretor de institutos, faculdades e departamentos, todos os docentes com titulação mínima de livre docente.⁸

Poucos dias após a aprovação do Estatuto Hélio Lourenço, em 25 de abril de 1969, um decreto confuso aposenta "nos cargos que ocupam nos órgãos da Administração Pública Federal", 42 professores universitários. Esse decreto inclui, erroneamente, três

docentes da USP, que não ocupam cargos na administração federal, os professores: Florestan Fernandes, Jaime Tiomno e João Batista Villanova Artigas. Esse ato de arbítrio teve a assinatura do ministro da justiça e reitor afastado da USP, Gama e Silva. A aposentadoria desses três professores provocou o imediato protesto do vice-reitor em exercício, o professor Hélio Lourenço de Oliveira.²

Em seguida ao protesto, no diário oficial do dia 30 de abril, é publicado um novo Decreto, aposentando o professor Helio Lourenço e mais 23 professores da USP, entre eles o professor Luiz Hildebrando Pereira da Silva, da FMRP.

Assume a reitoria o professor Alfredo Buzaid, da Faculdade de Direito, que submete o Estatuto, recém aprovado, ao Conselho Estadual de Educação. O relator, neste Conselho, é o professor Miguel Reale, que apresentou seu parecer em 26 de junho de 1969 apontando algumas "irregularidades", entre elas, que

o grau de autonomia didática dos campi levava a uma federação de universidades, mais do que a uma universidade integrada.^{8,10}

Esse parecer proporcionou a oportunidade para uma completa revisão do Estatuto Helio Lourenço, compondo-se um novo texto, ditado por uma "orientação fundamentalmente diferente". A discussão e votação do novo projeto no Co tiveram prazos extremamente rígidos, que no dizer de Pascoal Senise,⁸ "limitavam e, por vezes, até mesmo impediam o debate, com os trabalhos conduzidos sob a pressão de um verdadeiro rolo compressor".

Dessa forma, tendo como reitor o próprio Miguel Reale, que substituiu Alfredo Buzaid, indicado para ministro da justiça, o governador do estado promulga, em 13 de dezembro de 1969, um novo Estatuto para a USP, interrompendo o sonho daqueles que pretendiam uma Universidade democrática, crítica e voltada para a transformação da sociedade.

ABSTRACT

The objective of this review is to describe the participation of the lecturers and students of the School of Medicine of Ribeirão Preto (FMRP) in discussions on reform of the University of São Paulo (USP), which occurred in the year 1968. These discussions occurred in committees composed of equal numbers of lecturers and students (parity committees) and resulted in a proposal for reform adopted by an assembly of the FMRP, specially created for this purpose. The paper discuss also the context and influence of these discussions in the reform approved by the University Council at the beginning of 1969 and that became known as Hélio Lourenço's statute.

Keywords: History. Trends. Legislation & Jurisprudence. Organization and Administration.

Referências Bibliográficas

1. Thomé M.C. Universidade para a mudança: as comissões paritárias e a reforma do ensino superior (1968). Revista ADUSP 2005; p. 54-62.
2. ADUSP. Livro negro da USP: o controle ideológico na universidade., São Paulo: Editora ADUSP; 1978; p. 33-42.
3. Brasil. Reitoria da Universidade de São Paulo. Portaria GR 278 de 14 de outubro de 1966. Diário Oficial do Estado. São Paulo. Edição de 15 de outubro de 1966.
4. Brasil. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Processo FMRP 67.1.32.17.2. p. 14-129.
5. Ventura Z. 1968: o ano que não terminou. São Paulo: Editora Nova Fronteira; 2006. 336p.
6. Brasil. Universidade de São Paulo. Memorial sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Gráfica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP; 1968. 39 p.
7. Brasil. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Livro de Atas da Congregação nº 2 (Manuscrito). p. 99-108.
8. Senise P. Origem do Instituto de Química da USP - Reminiscências e Comentários. São Paulo: Instituto de Química da USP; 2006. p. 85 - 99.
9. Brasil. Casa Civil. Ato Institucional no 5, 1968. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em 18/03/2009
10. Reale M. Minhas memórias da USP. Estudos avançados 1994; 8: 25-46.